

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Edital 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	DURVAL FERREIRA	30/04/2026 10:12 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	35/2026	25047.002143/2025-15

1. DO OBJETO



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

PREGÃO ELETRÔNICO: 90035/2026
(Processo Administrativo nº25047.002143/2025-15)

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG): 257035

OBJETO: Aquisição de equipamentos e ferramentas para manutenção adequados para execução, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento de água e demais estruturas de saneamento das aldeias indígenas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 136.296,18(cento e trinta e seis mil duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 18/05/2026 às 09:30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço

MODO DE DISPUTA: aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:SIM

Torna-se público que Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, por meio do Setor de Serviço de Recursos Logísticos, sediado na Avenida Brasil, nº 4.550 bairro Santa Terezinha, Governador Valadares/MG, CEP: 35.030-070, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de equipamentos e ferramentas para manutenção adequados para execução, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento de água e demais estruturas de saneamento das aldeias indígenas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte:

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de

5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11 sociedades cooperativas;

3.9.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.13 pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos

para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que

tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os

percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da

aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.21.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.21.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 7.21.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.22.2 empresas brasileiras;
- 7.22.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.22.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.24.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.24.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.24.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.24.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.24.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1 Sicaf;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro

/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por e-mail licitacaodsei@saude.gov.br.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2(duas) horas, para:
- 9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não

alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. A assinatura do contrato será feita por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ao qual o representante legal do adjudicatário deverá realizar prévio cadastro no endereço eletrônico: sei.saude.gov.br/externo para liberação de acesso para assinatura eletrônica.

10.3. O adjudicatário terá o prazo de 03(três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Sistema Eletrônico de Informação - SEI por meio de solicitação de link de acesso.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 14.1.6 fraudar a licitação;
 - 14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1 advertência;
 - 14.2.2 multa;
 - 14.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30(trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
- 14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail licitacaodsei@saude.gov.br, ou por petição dirigida, ou protocolada no endereço Av. Brasil, nº 4.550, Bairro Santa Terezinha, Governador Valadares/MG, CEP:35.030-070, seção Serviços de Recursos Logísticos–SELOG /MGES.
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras, e Sistema Eletrônico de Informação – SEI por meio de solicitação de link de acesso.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.1.2 Apêndice do Anexo II - Modelo de Proposta;
- 16.11.1.3 Apêndice do Anexo III - Modelo de Planilha de custos;
- 16.11.1.4 Apêndice do Anexo IV - Declaração de Conhecimento da Licitação;
- 16.11.2 Anexo II – Termo de Ciência e concordância;
- 16.11.6 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 10:12:28.

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Termo de Referência 142/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
142/2025	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	DANIEL BISPO DA SILVA	27/04/2026 11:54 (v 0.14)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25047.002143/2025-15

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos e ferramentas para manutenção, para execução, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento de água e demais estruturas de saneamento das aldeias indígenas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATMAT	Descrição	Unidade	Margem de Preferência	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	602192	Maquina Inversora de Solda BIVOLT 110 /220V com Função TIG Raspagem, Solda eletrodos de até 4mm e Acessórios: Máscara De Solda Escurecimento Automático; Cabo com garra negativa; Cabo com porta eletrodo; Manual em português. Faixa de Corrente: 127V: 15-100A, 220V: 15-160A.	UN	-	5	R\$ 1.287,13	R\$ 6.435,65
2	304341	Roçadeira elétrica lateral 1.500 watts. Motor: universal com escovas. Voltagem= 127V. Corte nylon: 430mm. Corte lâmina: 255mm. + Extensão Elétrica 20 Metros 20a Cabo Pp2x1,0mm	UN	-	35	R\$ 332,51	R\$ 11.637,85
3	610903	Serra Mármore Potência Mínima: 1.000 W, Diâmetro Disco: 110 MM, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: 1 Chave Fixa E 1 Chave Allen. Qualidade equivalente ou superior a Makita	UN	-	5	R\$ 411,28	R\$ 2.056,40
4	468499	Parafusadeira e Furadeira de Impacto com Bateria 18v. Acompanha: 1 Bateira, carregador, Maleta e um (01) jogo de brocas 33 peças com maleta. Modos de operação: Parafusamento, perfuração com impacto; Torque (Suave/Duro /Máximo): 21 / 56Nm; Velocidade Máxima 2: 0 - 1650rpm; Impactos por Minuto: 24.000 ipm; Velocidade Máxima 1: 0 - 440rpm; Tamanho do Mandril: 1/2" (13mm); Corrente da Bateria: 2.0Ah; Voltagem da Bateria: 18V; Velocidade	UN	-	6	R\$ 535,08	R\$ 3.210,48

		Variável; Posições de Torque: 20; Tipo de Bateria: Li-Ion. CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: Diâmetro Máximo em Madeira: 35mm; Diâmetro Máximo em Aço: 10mm. CAPACIDADE DE PARAFUSAR: Diâmetro Máximo do parafuso: 10mm. Qualidade equivalente ou superior a Bosch.					
5	460726	Transformador Isolador Tipo: Monofásico , Potência Nominal: 15000VA, Tensão Entrada: 220 V, Tensão Saída: 127 V	UN	-	5	R\$ 699,99	R\$ 3.499,95
6	468501	Martelete Perfurador e Rompedor, Potência Mínima: 800 W, Tensão Voltagem: 110V, Mandril de engate rápido, Desenho ergonômico na empunhadura com cabo emborrachado, Sistema de Rotação Reversa Usando a Unidade de Tensão de Escova. Rotação por minuto: 0-1.100 Impacto por minuto: 0-4.500. Capacidades: Metal: 13mm; Madeira: 32mm; Concreto: 24mm Energia de Impacto: 2.7 Joules. Acompanha matela. Qualidade equivalente ou superior a Makita	UN	-	5	R\$ 981,47	R\$ 4.907,35
7	601914	Lavadora Alta Pressão Potência Mínima: 1500w CV, Vazão: 360 L/H, Pressão: 1800. Tensão: 127v Acompanha: 1 Pistola de alta pressão com trava de segurança. 1 Baioneta com conexão rápida. 1 Lança com bico de alta pressão regulável (concentrado e leque). 1 Mangueira de alta pressão de 3 metros. 1 Engate rápido. 1 Agulha de limpeza do bico de alta pressão.	UN	-	5	R\$ 559,78	R\$ 2.798,90
8	607936	Bancada Profissional Acabamento com pintura eletrostática Recebe tratamento anti-ferrugem Tampo compensado naval envernizado com espessura de 40mm Possui 3 gavetas 50 x 40 x 10 cm Gaveta com porta cadeado Capacidade de carga: 400Kg Dimensões: Comprimento: 200cm X Largura: 60cm X Altura: 92cm	UN	-	5	R\$ 1.964,00	R\$ 9.820,00
9	258752	SERRA RÁPIDA POLICORTE 14 POL. DISCO 355MM POTÊNCIA MÍNIMA: 2000W. VELOCIDADE: 0-3800 RPM. Voltagem: 110V. Qualidade equivalente ou superior a Makita	UN	-	5	R\$ 977,62	R\$ 4.888,10
10	607100	Furadeira De Bancada Industrial. Tensão Alimentação: 110 V, Potência mínima: 550W, Tamanho Do Mandril: 5/8 POL. Aceita Brocas De 3mm A 16mm. Motor Blindado. 5 Velocidades do eixo. Distância do fuso para a coluna: 130mm; Distância do fuso para a mesa (máx.): 400mm; Distância do fuso para a base (máx.): 515mm; Dimensão da Mesa de Trabalho: 200×200mm; Dimensão da Base: 340x210mm; Diâmetro da Coluna: 58mm	UN	-	3	R\$ 1.112,72	R\$ 3.338,16
		Torno Bancada Tipo: Morsa Fixa ,					

11	609186	Tamanho: 8', Material: Ferro Fundido	UN	-	5	R\$ 378,00	R\$ 1.890,00
12	607096	Moto-Esmeril, Motor: Potência absorvida: 350W - ; Potência útil: 200W; Tensão: 110/220V – Bivolt; Frequência: 60Hz; Corrente: 1,75A; Rotação máxima no vazio: 3570RPM; Rotação máxima com carga: 3090RPM; Temperatura máxima de trabalho: 80°C; Nível de ruído: 55dB; Rebolo: 2 ; Rebolo 1: 150 x 16 x 12,7mm 36 grãos - 6 x 5/8 x 1/2"; Rebolo 2: 150 x 16 x 12,7 mm 60 grãos - 6 x 5/8 x 1/2"; Diâmetro do Rebolo: 6"; Composição do Enrolamento do Motor: Cobre	UN	-	5	R\$ 274,33	R\$ 1.371,65
13	612119	Guincho hidráulico com Prolongador e Rodas de Metal. Capacidade: 1 Tonelada. Equipado com Gancho e Braço prolongador. Rodízios em Ferro: 3.5". Gancho em Aço: 2.5cm. Tipo: Hidráulico. Altura Mínima: 180mm. Altura Máxima: 1870mm. Braço Telescópico: 860mm. Braço Extensor: 1133mm. Coluna: 1450mm. Base: 1300x700mm. Peso: 63kg	UN	-	4	R\$ 2.726,31	R\$ 10.905,24
14	460082	Gerador Energia Potência Máxima: 11 KVA, Tipo Motor: Diesel , Características Adicionais: Motor 4 Tempos , Tipo De Partida: Elétrico; Potência do motor: 20HP; Potência máxima: 11kVA; Potência nominal: 10kVA; Voltagem: 110 /220V; Tensão: Monofásico; Sistema de partida: Retrátíl/Elétrica; Capacidade do tanque: 25L; Regulador automático de voltagem: AVR Observação: Este item é elegível para a aplicação de margem de preferência nacional, nos termos da resolução CICS /MGI Nº 8, de 31 de março de 2025.	UN	10%	1	R\$ 19.438,38	R\$ 19.438,38
15	460073	Gerador Energia; Tipo: Gerador a gasolina; monofásico; Potência máxima: 8000 W / 8,0 kVA; Tipo do motor: Monocilíndrico, horizontal, gasolina, 4T, refrigerado a ar. Potência máxima do motor: 13 HP. Observação: Este item é elegível para a aplicação de margem de preferência nacional, nos termos da resolução CICS /MGI Nº 8, de 31 de março de 2025.	UN	10%	1	R\$ 5.920,50	R\$ 5.920,50
16	631563	Esmerilhadeira Tipo: Angular , Voltagem: 110 V, Potência Mínima: 850 W, Diâmetro Disco: 4 1/2 POL, Características Adicionais: 1 Esmerilhadeira, Punho Lateral, Protetor, Chave D, Escovas de carvão	UN	-	5	R\$ 436,45	R\$ 2.182,25
17	481184	Roçadeira á Gasolina; Construção robusta e resistente; Empunhadura emborrachada para operação confortável; Conjunto de fixação do guidão ajustável para maior praticidade; Sistema de arranque com redução de impacto para menos esforço e maior durabilidade; Motor a gasolina de 2 tempos; 52 cilindradas; Proteção exclusiva para a lâmina de corte e o	UN	-	10	R\$ 617,58	R\$ 6.175,80

		carretel; Manutenção fácil, rápida e econômica; Consumo eficiente de gasolina.					
18	624256	Serra Circular Elétrica Especificações Técnicas: Tensão: 110v; Frequência: 60Hz; Potência Mínima: 1500w; Rotação: 5500r/min; Diâmetro de disco: 185mm; Disco (24 dentes); Rotação Máxima do disco: 7000 Rpm; A profundidade do corte de 45° é de 45mm; A profundidade do corte de 90° é de 63.5mm. Acessórios: Serra Circular, Disco de 185mm com 24 dentes; Chave hexagonal alen L; Régua guia de metal; Escova de Carvão; Manual de Instruções. Qualidade equivalente ou superior a Makita	UN	-	5	R\$ 479,77	R\$ 2.398,85
19	394127	Empilhadeira Manual Dupla em Aço 1 Tonelada 550x1150mm Especificações e Recursos Capacidade de Carga: Suporta até 1,0 tonelada, garantindo segurança ao transportar cargas pesadas. Elevação Máxima: Proporciona uma elevação de até 1,6 mm, facilitando o manuseio de paletes. Construção Robusta: A estrutura em aço carbono, revestida com pintura eletrostática a pó, assegura maior durabilidade e proteção contra corrosão. Rodas de Nylon: Equipadas com rodas de direção de 150 mm x 40 mm e rodas dos garfos de 83 mm x 60 mm, garantem uma movimentação suave e ágil. Dimensões e Manobrabilidade Largura dos Garfos: 550 mm, proporcionando suporte adequado para paletes. Comprimento Útil dos Garfos: 1150 mm, ideal para uma ampla variedade de cargas. Altura Total: 2080 mm, com altura mínima de 90 mm, permitindo operações em diferentes alturas. Largura Mínima do Corredor: 1905 mm, facilitando a manobra em espaços estreitos. Raio de Giro: 1380 mm, proporcionando facilidade nas manobras.	UN	-	1	R\$ 6.516,93	R\$ 6.516,93
20	624674	Guincho de Coluna Elétrico 500 a 1000Kg. Potência 2000W. Voltagem: 220V. Capacidade de elevação de carga: 500/1000 kg. Velocidade de elevação: 12 m - 10 min 6 m - 5 min. Altura de elevação: 12 m - 500 kg 6 m - 1000 kg. Potência: 2000W. Dimensões C x L x A: 475 x 380 x 490mm. Peso: 43,5 kg. Motor: Monofásico 60Hz. Tensão: 220V	UN	-	1	R\$ 1.416,02	R\$ 1.416,02
21	607092	Morsa Encanador Fixo para tubos de até 3" Polegadas. Estrutura de Ferro fundido	UN	-	5	R\$ 356,44	R\$ 1.782,20
22	266501	Ponte Medição Lcr Tipo: Portátil, Com Interface USB, Indutância: 20mH - 200H, Capacitância: 200pF - 20mF, Resistência: 200 - 200MO, Função Smart Check, Frequência Operação: 1khz Ou 120hz, Tempo Resposta:	UN	-	4	R\$ 1.438,00	R\$ 5.752,00

		Aprox. 1s / Dut(Mudança De Faixa Manual). Qualidade equivalente ou superior a Minipa.					
23	606059	Chave Catraca Tipo: Pneumática , Modelo: Reversível , Encaixe: 1/2 POL, Aplicação: Operações De Aperto E Desaperto De Parafusos. Torque: 50 Nm (6,8Kgfm)	UN	-	4	R\$ 244,23	R\$ 976,92
24	371966	Corta-Vergalhão Tipo: Tesoura , Material: Aço Cromado Molibdênio , Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila , Comprimento: 24 POL, Características Adicionais: Lâminas Aço Temperado	UN	-	5	R\$ 180,00	R\$ 900,00
25	601641	Trena Material: Aço , Comprimento: 8 M x 26', Características Adicionais: Cor Metálica, Trena de Bolso Mod. Starrett 8m / 26' (mm/pol); Capacidade da Trena: 8m (26'). Qualidade igual ou superior a Starrett	UN	-	20	R\$ 37,99	R\$ 759,80
26	626943	Saco de Rafia, Capacidade: 30 KG; Altura: 60 CM; Largura: 40 CM; COR BRANCA	UN	-	3000	R\$ 2,51	R\$ 7.530,00
27	471822	Poste De Eucálio Tratado, Comprimento: 7 M, Diâmetro Mínimo: 21 CM, Diâmetro Máximo: 25 CM.	UN	-	30	R\$ 259,56	R\$ 7.786,80
Valor Total Estimado (VTE)							R\$136.296,18

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000025/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;

III) Id do item no PCA: Itens 1167 a 1196;

VI) Classe/Grupo: A classe está identificada na coluna 3;

V) Identificador da Futura Contratação: 45/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS do órgão, observando as diretrizes de promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme previsto na legislação aplicável às contratações públicas.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Priorizar ferramentas e equipamentos que apresentem maior durabilidade e eficiência energética, reduzindo a necessidade de substituição e o consumo de energia durante o uso;

4.2.2. As embalagens dos produtos deverão ser preferencialmente recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, evitando o uso excessivo de plásticos e materiais de difícil decomposição;

4.2.3. Os postes de madeira deverão ser provenientes de reflorestamento, devidamente tratados em autoclave com preservante hidrossolúvel à base de CCA (arseniato de cobre cromatado) ou produto de eficácia equivalente, conforme as normas da ABNT NBR 8456 e NBR 9480, garantindo resistência, durabilidade e segurança;

4.2.4. A madeira deverá possuir certificação de origem florestal emitida por órgão ambiental competente (como o DOF — Documento de Origem Florestal ou certificação FSC), comprovando a legalidade e sustentabilidade da extração;

4.2.5. Sempre que possível, deverão ser adquiridos produtos fabricados com materiais reciclados, reutilizados ou provenientes de fontes sustentáveis, como aço ou madeira certificada.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Margem de Preferência:

4.4. Os itens 14 e 15 deste objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **normal** de 10 %, prevista no Decreto n.º11.890, DE 22 DE JANEIRO DE 2024, conforme disposto na Resolução CICS/MGI N° 8, de 31 de Março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES), Avenida Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, Governador Valadares/MG – CEP 35030-070.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 136.296,18 (centro e trinta e seis mil duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 257035;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 194456;

IV) Elemento de despesa: 449052 itens de 1 a 20, no valor de 10.808,46 e 339030 itens do 21 a 27, no valor de 25.487,72;

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

12.2. Não foram detectadas informações sensíveis que mereçam tratamento especial quando à sua divulgação e publicidade, em conformidade a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Não se aplica

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIEL BISPO DA SILVA

Chefe do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena SESANI/MGES



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 16:41:29.

ALTEMAR RODRIGUES MARQUES

Equipe de Planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 16:40:57.

ANTONIO ISMAEL VIEIRA

Equipe de Planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 09:22:35.

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 11:54:56.

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Estudo Técnico Preliminar 44/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 25047.002143/2025-15

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente necessidade decorre da demanda por melhores condições operacionais para a execução, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e demais estruturas de saneamento básico nas aldeias indígenas sob a responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI MGES). Atualmente, as equipes responsáveis enfrentam limitações operacionais que impactam diretamente a eficiência, a agilidade e a segurança na realização das atividades de campo, comprometendo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados às comunidades indígenas atendidas. A ausência de meios técnicos adequados tem ocasionado atrasos na execução das intervenções, aumento do tempo de inatividade dos sistemas e maior risco de falhas operacionais. Diante desse cenário, torna-se necessária a adoção de medidas que assegurem suporte técnico adequado às equipes envolvidas, possibilitando a execução precisa e tempestiva das atividades, com vistas à redução de ocorrências, à otimização dos processos de manutenção e à garantia da operacionalidade dos sistemas essenciais de saneamento básico.

2.2. A relevância do atendimento a essa necessidade fundamenta-se na missão institucional do DSEI MGES e nos preceitos da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que reconhece o saneamento básico como condição essencial para a proteção da saúde, a prevenção de doenças de veiculação hídrica e a promoção da dignidade humana. O adequado funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário é indispensável para assegurar o acesso contínuo à água potável e o bem-estar das populações indígenas, em consonância com os princípios da universalidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.3. A problemática enfrentada decorre da carência de infraestrutura operacional e de recursos materiais adequados para a execução das atividades de manutenção. A falta de ferramentas específicas obriga o uso de equipamentos improvisados, aumentando os riscos de acidentes de trabalho, atrasos em cronogramas de manutenção e paralisação temporária dos sistemas de abastecimento. Em regiões indígenas onde o acesso à água e ao saneamento é limitado, a inoperância prolongada desses sistemas pode causar impactos sanitários graves, especialmente em comunidades isoladas e vulneráveis. Dessa forma, a ausência de investimento em equipamentos adequados acarreta prejuízos diretos à saúde pública e contraria o princípio da eficiência administrativa estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133 /2021.

2.4. O atendimento a esta necessidade trará impactos positivos significativos, como a otimização das atividades de campo, a redução do tempo de resposta a falhas e o aumento da segurança e da eficiência na execução dos serviços. A disponibilidade de ferramentas apropriadas permitirá que as equipes técnicas atuem de forma autônoma e célere, garantindo a continuidade operacional dos sistemas de saneamento e a melhoria das condições de saúde ambiental nas aldeias. Ademais, a aquisição pautada em critérios de sustentabilidade, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (2023), pode incorporar práticas que minimizem impactos ambientais, promovendo o desenvolvimento sustentável em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

2.5. Por fim, é imperativo que o órgão proceda à aquisição dos equipamentos e ferramentas necessárias, uma vez que o corpo técnico do DSEI MGES depende diretamente desses instrumentos para garantir a manutenção contínua e segura dos sistemas de saneamento. O atendimento à necessidade representa o fortalecimento da capacidade operacional do distrito, a proteção da saúde coletiva e a observância dos princípios do interesse público, da eficiência

e do desenvolvimento nacional sustentável previstos na legislação vigente. Assim, a contratação proposta não apenas atende a um requisito técnico e institucional, mas também materializa o dever constitucional da Administração Pública em assegurar condições adequadas de saúde, saneamento e dignidade aos povos indígenas assistidos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SESANI/MGES	DANIEL BISPO DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde:

4.1.1. As ferramentas, equipamentos e postes de madeira deverão observar critérios de sustentabilidade, eficiência e segurança, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, 6ª ed., 2023), bem como com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

4.1.2. As ferramentas e equipamentos deverão priorizar o uso de materiais recicláveis ou reciclados, possuir embalagens minimizadas e ser fabricados com processos que reduzam emissões e desperdício de energia.

4.1.3. Os equipamentos elétricos deverão possuir selo de eficiência energética e de conformidade do INMETRO, atendendo aos padrões mínimos de qualidade e segurança.

4.1.4. Os postes de madeira de eucalipto deverão ser provenientes de florestas plantadas com manejo sustentável, com comprovação de origem por meio de Documento de Origem Florestal (DOF) emitido pelo IBAMA, conforme a Instrução Normativa Ibama nº 21/2014 e demais normas ambientais aplicáveis.

4.1.5. A madeira empregada deverá ser tratada com preservantes registrados no Ibama, livres de substâncias proibidas (arsênio e cromo), atendendo à Resolução CONAMA nº 463/2014 e às orientações da Parte Específica do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Produtos Preservados de Madeira.

4.1.6. Os postes deverão ser dimensionados conforme a NBR 8456 (ABNT), e possuir vida útil compatível com a aplicação em redes hidráulicas e sanitárias, com resistência física e mecânica adequada às condições de campo.

4.1.7. Os manuais e embalagens dos produtos deverão ser fornecidos em língua portuguesa, com instruções de uso, manutenção e descarte ambientalmente adequado.

4.1.8. Recomenda-se que os fornecedores adotem práticas de logística reversa, sempre que aplicável, para o recolhimento e destinação adequada de resíduos ou componentes pós-consumo, conforme o art. 33 da Lei nº 12.305 /2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.1.9. Deverão ser privilegiados fornecedores que comprovem boas práticas ambientais, trabalhistas e sociais, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Saúde.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Opções de Soluções Disponíveis no Mercado com Potencial para Atender à Necessidade Conforme

Requisitos da Contratação

5.2. O levantamento de mercado foi conduzido com o objetivo de identificar as soluções tecnológicas e operacionais disponíveis para suprir a necessidade de aquisição de ferramentas e equipamentos destinados à manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas aldeias indígenas sob responsabilidade do DSEI MGES.

5.3. Foram considerados os parâmetros técnicos e ambientais previstos no item 4 (Requisitos da Contratação), em especial aqueles relacionados à eficiência energética, origem sustentável da madeira, certificação do INMETRO e boas práticas socioambientais, conforme a Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º, 18 e 25) e a IN SEGES nº 58/2022 (art. 4º, incisos II e III).

5.4. Escolha da Solução Tecnológica

5.4.1. Solução Tecnológica 1 – Aquisição Individualizada de Ferramentas e Equipamentos Convencionais (de uso manual e elétrico)

5.4.1.1. Esta solução consiste na aquisição direta e individualizada de ferramentas e equipamentos manuais e elétricos, tais como furadeiras, marteletes, esmerilhadeiras, chaves de impacto, alicates, serras circulares, máquinas de solda, geradores portáteis e instrumentos de medição, conforme especificações técnicas do ETP.

5.4.1.2. Vantagens:

- Ampla disponibilidade no mercado nacional;
- Facilidade de reposição e manutenção;
- Possibilidade de aquisição de produtos com certificação do INMETRO e selos de eficiência energética;
- Permite o atendimento modular, conforme a necessidade de cada equipe de campo;
- Garante a conformidade com os critérios de sustentabilidade e logística reversa, conforme art. 33 da Lei nº 12.305/2010 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, 2023).

5.4.1.3. Desvantagens:

- Exige maior esforço administrativo para gestão do inventário e controle patrimonial;
- Menor integração entre os equipamentos e menor padronização entre as equipes, o que pode afetar a logística de manutenção e reposição.

5.4.1.4. Conclusão:

Trata-se de uma solução plenamente viável e sustentável, com forte aderência às necessidades operacionais e aos requisitos do item 4 do ETP.

5.4.2 Solução Tecnológica 2 – Aquisição de Kits Padronizados de Ferramentas e Equipamentos Profissionais

5.4.2. A segunda solução propõe a aquisição de kits técnicos padronizados, compostos por conjuntos completos de ferramentas e equipamentos elétricos, organizados por maletas, caixas de transporte ou unidades modulares, facilitando a gestão operacional.

5.4.2.1. Vantagens:

- Favorece a padronização das ferramentas entre as equipes técnicas;

- Facilita a logística de distribuição e o controle de patrimônio;
- Reduz o tempo de resposta a falhas em campo, por permitir substituição rápida de kits;
- Permite que os produtos sejam adquiridos já agrupados em lotes sustentáveis, com embalagens minimizadas e recicláveis, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.4.2.2. Desvantagens:

- Possível limitação de escolha de marcas ou modelos específicos;
- Dependência de fornecedores especializados, o que pode restringir a competitividade da licitação.

5.4.2.3. Conclusão:

Solução viável e preferencial, pois combina eficiência operacional, padronização, segurança e sustentabilidade, além de se alinhar à IN SEGES nº 58/2022, que recomenda a análise de soluções padronizadas quando há recorrência de uso em campo.

5.4.3. Solução Tecnológica 3 – Contratação de Locação de Ferramentas e Equipamentos

5.4.3.1. Consiste na locação de ferramentas e equipamentos, com fornecimento, manutenção e substituição inclusos em contrato contínuo.

5.4.3.2. Vantagens:

- Reduz encargos de manutenção e reposição;
- Permite atualização constante de equipamentos;
- Evita custos com depreciação e armazenamento.

5.4.3.3. Desvantagens:

- Alto custo de longo prazo, devido à natureza recorrente dos contratos de locação;
- Risco de indisponibilidade imediata em situações emergenciais, especialmente em áreas indígenas remotas;
- Dificuldade de garantir rastreabilidade e conformidade ambiental de todos os equipamentos alugados.

5.4.3.4. Conclusão:

Solução tecnicamente viável, mas economicamente desvantajosa e operacionalmente limitada para o contexto do DSEI MGES, em razão das condições geográficas e da necessidade de resposta imediata em campo.

5.5. Avaliação Final da Solução Tecnológica

5.5.1. Após análise técnica, econômica e operacional das alternativas apresentadas, conclui-se que a Solução Tecnológica 1 — aquisição individualizada de ferramentas e equipamentos convencionais — representa a alternativa mais adequada para atender às necessidades do DSEI MGES. A Solução Tecnológica 1 favorece a ampla competitividade do certame, ao permitir a participação de maior número de fornecedores, reduzindo riscos de direcionamento, dependência de fornecedores especializados ou limitação de marcas e modelos, em consonância com os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. Ademais, a aquisição individualizada possibilita maior controle sobre os critérios técnicos, ambientais e de sustentabilidade, permitindo a seleção de equipamentos com certificação do INMETRO, eficiência energética comprovada e observância às diretrizes de responsabilidade socioambiental estabelecidas no item 4 do ETP, na IN SEGES nº 58/2022 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, 2023).

5.6. Escolha da Solução de Execução

5.6.1. Opta-se, portanto, pela execução indireta, mediante contratação de empresa especializada no fornecimento de ferramentas e equipamentos sustentáveis, devidamente certificada e com carta de solidariedade do fabricante, conforme previsto no item 4.15 do ETP.

5.7. Escolha da Solução de Forma de Seleção do Fornecedor

5.7.1. Participação em IRP de Outro Órgão

5.7.1.1. Embora vantajosa por promover economia de escala e celeridade processual, não foram identificadas IRPs disponíveis para adesão no momento, conforme o Decreto nº 11.462/2023, que regula o uso do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

5.7.2. Adesão a ARP de Outro Órgão

5.7.2.1. Da mesma forma, a pesquisa de mercado não identificou Atas de Registro de Preços vigentes com objeto compatível, sendo inviável a adesão nesta oportunidade, conforme as diretrizes do Decreto nº 11.462/2023.

5.7.3. Contratação Direta

5.7.3.1. Não há enquadramento nos casos de inexigibilidade (art. 74) ou dispensa de licitação (art. 75) da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto possui ampla oferta competitiva no mercado.

5.7.4. Realização de Licitação

5.7.4.1. A licitação, na modalidade pregão eletrônico, revela-se a forma mais adequada de seleção do fornecedor, conforme art. 28, inciso II, e art. 6º, inciso LVII, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de bens comuns com especificações objetivas e padronizáveis.

5.7.5. Escolha da Solução de Seleção

5.7.5.1. Assim, a licitação na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, é a forma de seleção mais compatível com os princípios da isonomia, competitividade e economicidade.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo consiste na aquisição de ferramentas e equipamentos adequados para execução, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e demais estruturas de saneamento básico nas aldeias indígenas sob a responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI MGES). A execução contratual se dará por fornecimento de bens, contemplando a entrega dos produtos devidamente certificados e em conformidade com as normas técnicas vigentes. A forma de seleção do fornecedor ocorrerá por licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e regulamentos correlatos, assegurando a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. A modelagem contratual adotada será de aquisição direta de bens de consumo e permanentes, conforme o tipo de item, observando critérios de sustentabilidade, eficiência energética, segurança e durabilidade. A solução tecnológica prevê a utilização de ferramentas elétricas e manuais de alto desempenho, com selo de conformidade do INMETRO, e postes de madeira de eucalipto de origem comprovada e tratamento ambientalmente responsável, em consonância com os parâmetros técnicos e ambientais definidos no levantamento de mercado. Essa contratação visa atender às demandas operacionais do DSEI MGES, garantindo infraestrutura material adequada às atividades de campo e promovendo a eficiência e continuidade dos serviços de saneamento nas comunidades indígenas.

6.2. A entrega dos equipamentos e ferramentas será realizada na sede administrativa do DSEI MGES, localizada em Belo Horizonte/MG, ou em outro local indicado pela Administração, conforme disposto no termo de referência, com posterior distribuição para as equipes de campo nas aldeias indígenas atendidas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Os postes e materiais volumosos poderão ser entregues diretamente nos locais de uso, de acordo com a logística definida pelo setor técnico do DSEI MGES.

6.3. A execução contratual se dará em regime de fornecimento único, com entrega total prevista em até 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho, podendo ser parcelada conforme o cronograma de entrega definido pela Administração. O contrato terá vigência inicial suficiente para a entrega e recebimento definitivo dos materiais, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, caso haja justificativa técnica devidamente fundamentada.

6.4. O fornecimento será executado em regime de empreitada por preço unitário, considerando o valor individual de cada item adquirido, conforme especificações técnicas e quantitativos descritos no termo de referência. O pagamento será realizado conforme o recebimento definitivo dos bens, após verificação da conformidade técnica e documental.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas foram definidas com base no número de técnicos de saneamento, nos polos de atendimento e na área de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI MGES). O dimensionamento considerou a necessidade de dotar cada equipe técnica com instrumentos e equipamentos adequados para a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva, assegurando a cobertura operacional em todas as áreas de atuação. Nesse contexto, os itens serão distribuídos de forma proporcional e planejada entre as localidades de São João das Missões, Aracruz, Machacalis, Governador Valadares e Teófilo Otoni, considerando as especificidades operacionais, a demanda de atendimento e a logística de cada polo. A estimativa das quantidades teve como base a tabela detalhada constante no Anexo I, na qual estão discriminados os itens, quantitativos e a respectiva alocação por localidade, de modo a garantir transparência, rastreabilidade e eficiência na execução das ações de saneamento.

Item	CATMAT	Descrição	Unidade	Quantidade
1	602192	Maquina Inversora de Solda BIVOLT 110/220V com Função TIG Raspagem, Solda eletrodos de até 4mm e Acessórios: Máscara De Solda Escurecimento Automático; Cabo com garra negativa; Cabo com porta eletrodo; Manual em português. Faixa de Corrente: 127V: 15-100A, 220V: 15-160A.	UN	5
2	304341	Roçadeira elétrica lateral 1.500 watts. Motor: universal com escovas. Voltagem= 127V. Corte nylon: 430mm. Corte lâmina: 255mm. + Extensão Elétrica 20 Metros 20a Cabo PP 2x1,0mm	UN	35
3	610903	Serra Mármore Potência Mínima: 1.000 W, Diâmetro Disco: 110 MM, Voltagem: 110 V, Características Adicionais: 1 Chave Fixa E 1 Chave Allen. Qualidade equivalente ou superior a Makita	UN	5
4	468499	Parafusadeira e Furadeira de Impacto com Bateria 18v. Acompanha: 1 Bateria, carregador, Maleta e um (01) jogo de brocas 33 peças com maleta. Modos de operação: Parafusamento, perfuração com impacto; Torque (Suave/Duro/Máximo): 21 / 56Nm; Velocidade Máxima 2: 0 - 1650rpm; Impactos por Minuto: 24.000 ipm; Velocidade Máxima 1: 0 - 440rpm; Tamanho do Mandril: 1/2"(13mm); Corrente da Bateria: 2.0Ah; Voltagem da Bateria: 18V; Velocidade Variável; Posições de Torque: 20; Tipo de Bateria: Li-ìon. CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: Diâmetro Máximo em Madeira: 35mm; Diâmetro Máximo em Aço: 10mm.	UN	6

		CAPACIDADE DE PARAFUSAR: Diâmetro Máximo do parafuso: 10mm. Qualidade equivalente ou superior a Bosch.		
5	460726	Transformador Isolador Tipo: Monofásico , Potência Nominal: 15.000VA, Tensão Entrada: 220 V, Tensão Saída: 127 V	UN	5
6	468501	Martelete Perfurador e Rompedor, Potência Mínima: 800 W, Tensão Voltagem: 110V, Mandril de engate rápido, Desenho ergonômico na empunhadura com cabo emborrachado, Sistema de Rotação Reversa Usando a Unidade de Tensão de Escova. Rotação por minuto: 0-1.100 Impacto por minuto: 0-4.500. Capacidades: Metal: 13mm; Madeira: 32mm; Concreto: 24mm Energia de Impacto: 2.7 Joules. Acompanha matela. Qualidade equivalente ou superior a Makita	UN	5
7	601914	Lavadora Alta Pressão Potência Mínima: 1500w, Vazão: 360 L/H, Pressão: 1800. Tensão: 127v Acompanha: 1 Pistola de alta pressão com trava de segurança. 1 Baioneta com conexão rápida. 1 Lança com bico de alta pressão regulável (concentrado e leque). 1 Mangueira de alta pressão de 3 metros. 1 Engate rápido. 1 Agulha de limpeza do bico de alta pressão.	UN	5
8	607936	Bancada Profissional Acabamento com pintura eletrostática Recebe tratamento anti-ferrugem Tampo compensado naval envernizado com espessura de 40mm Possui 3 gavetas 50 x 40 x 10 cm Gaveta com porta cadeado Capacidade de carga: 400Kg Dimensões: Comprimento: 200cm X Largura: 60cm X Altura: 92cm	UN	5
9	258752	SERRA RÁPIDA POLICORTE 14 POL. DISCO 355MM POTÊNCIA MÍNIMA: 2000W. VELOCIDADE: 0-3800 RPM. Voltagem: 110V. Qualidade equivalente ou superior a Makita	UN	5
10	607100	Furadeira De Bancada Industrial. Tensão Alimentação: 110 V, Potência mínima: 550W, Tamanho Do Mandril: 5/8 POL. Aceita Brocas De 3mm A 16mm. Motor Blindado. 5 Velocidades do eixo. Distância do fuso para a coluna: 130mm; Distância do fuso para a mesa (máx.): 400mm; Distância do fuso para a base (máx.): 515mm; Dimensão da Mesa de Trabalho: 200x200mm; Dimensão da Base: 340x210mm; Diâmetro da Coluna: 58mm	UN	3
11	609186	Torno Bancada Tipo: Morsa Fixa , Tamanho: 8', Material: Ferro Fundido	UN	5
12	607096	Moto-Esmeril, Motor: Potência absorvida: 350W - ; Potência útil: 200W; Tensão: 110/220V – Bivolt; Frequência: 60Hz; Corrente: 1,75A; Rotação máxima no vazio: 3570RPM; Rotação máxima com carga: 3090RPM; Temperatura máxima de trabalho: 80°C; Nível de ruído: 55dB; Rebolo: 2	UN	5

		; Rebolo 1: 150 x 16 x 12,7mm 36 grãos - 6 x 5/8 x 1/2"; Rebolo 2: 150 x 16 x 12,7mm 60 grãos - 6 x 5/8 x 1/2"; Diâmetro do Rebolo: 6"; Composição do Enrolamento do Motor: Cobre		
13	612119	Guincho hidráulico com Prolongador e Rodas de Metal. Capacidade: 1 Tonelada. Equipado com Gancho e Braço prolongador. Rodízios em Ferro: 3.5". Gancho em Aço: 2.5cm. Tipo: Hidráulico. Altura Mínima: 180mm. Altura Máxima: 1870mm. Braço Telescópico: 860mm. Braço Extensor: 1133mm. Coluna: 1450mm. Base: 1300x700mm. Peso: 63kg	UN	4
14	460082	Gerador Energia Potência Máxima: 11 KVA, Tipo Motor: Diesel , Características Adicionais: Motor 4 Tempos , Tipo De Partida: Elétrico; Potência do motor: 20HP; Potência máxima: 11kVA; Potência nominal: 10kVA; Voltagem: 110/220V; Tensão: Monofásico; Sistema de partida: Retrátil/Elétrica; Capacidade do tanque: 25L; Regulador automático de voltagem: AVR	UN	1
15	460073	Gerador Energia; Tipo: Gerador a gasolina; monofásico; Potência máxima: 8000 W / 8,0 kVA; Tipo do motor: Monocilíndrico, horizontal, gasolina, 4T, refrigerado a ar. Potência máxima do motor: 13 HP.	UN	1
16	631563	Esmerilhadeira Tipo: Angular , Voltagem: 110 V, Potência Mínima: 850 W, Diâmetro Disco: 4 1/2 POL, Características Adicionais: 1 Esmerilhadeira, Punho Lateral, Protetor, Chave D, Escovas de carvão	UN	5
17	481184	Roçadeira á Gasolina; Construção robusta e resistente; Empunhadura emborrachada para operação confortável; Conjunto de fixação do guidão ajustável para maior praticidade; Sistema de arranque com redução de impacto para menos esforço e maior durabilidade; Motor a gasolina de 2 tempos; 52 cilindradas; Proteção exclusiva para a lâmina de corte e o carretel; Manutenção fácil, rápida e econômica; Consumo eficiente de gasolina.	UN	10
18	624256	Serra Circular Elétrica Especificações Técnicas: Tensão: 110v; Frequência: 60Hz; Potência Mínima: 1500w; Rotação: 5500r/min; Diâmetro de disco: 185mm; Disco (24 dentes); Rotação Máxima do disco: 7000 Rpm; A profundidade do corte de 45° é de 45mm; A profundidade do corte de 90° é de 63.5mm. Acessórios: Serra Circular, Disco de 185mm com 24 dentes; Chave hexazonal alen L; Régua guia de metal; Escova de Carvão; Manual de Instruções. Qualidade equivalente ou superior a Makita	UN	5
		Empilhadeira Manual Dupla em Aço 1 Tonelada 550x1150mm Especificações e Recursos Capacidade de Carga: Suporta até 1,0 tonelada, garantindo segurança ao transportar cargas pesadas. Elevação Máxima: Proporciona uma elevação de até 1,6 mm, facilitando o manuseio de paletes. Construção Robusta: A estrutura em aço carbono, revestida com pintura eletrostática a pó, assegura maior durabilidade e proteção contra corrosão. Rodas de Nylon:		

19	394127	Equipadas com rodas de direção de 150 mm x 40 mm e rodas dos garfos de 83 mm x 60 mm, garantem uma movimentação suave e ágil. Dimensões e Manobrabilidade Largura dos Garfos: 550 mm, proporcionando suporte adequado para paletes. Comprimento Útil dos Garfos: 1150 mm, ideal para uma ampla variedade de cargas. Altura Total: 2080 mm, com altura mínima de 90 mm, permitindo operações em diferentes alturas. Largura Mínima do Corredor: 1905 mm, facilitando a manobra em espaços estreitos. Raio de Giro: 1380 mm, proporcionando facilidade nas manobras.	UN	1
20	624674	Guincho de Coluna Elétrico 500 a 1000Kg. Potência 2000W. Voltagem: 220V. Capacidade de elevação de carga: 500/1000 kg. Velocidade de elevação: 12 m - 10 min 6 m - 5 min. Altura de elevação: 12 m - 500 kg 6 m - 1000 kg. Potência: 2000W. Dimensões C x L x A: 475 x 380 x 490mm. Peso: 43,5 kg. Motor: Monofásico 60Hz. Tensão: 220V	UN	1
21	607092	Morsa Encanador Fixo para tubos de até 3" Polegadas. Estrutura de Ferro fundido	UN	5
22	266501	Ponte Medição Lcr Tipo: Portátil, Com Interface USB, Indutância: 20mH - 200H, Capacitância: 200pF - 20mF, Resistência: 200 - 200MO, Função Smart Check, Frequência Operação: 1khz Ou 120hz , Tempo Resposta: Aprox. 1s / Dut(Mudança De Faixa Manual). Qualidade equivalente ou superior a Minipa.	UN	4
23	606059	Chave Catraca Tipo: Pneumática , Modelo: Reversível , Encaixe: 1/2 POL, Aplicação: Operações De Aperto E Desaperto De Parafusos. Torque: 50 Nm (6,8Kgfm)	UN	4
24	371966	Corta-Vergalhão Tipo: Tesoura , Material: Aço Cromado Molibdênio , Material Cabo: Pvc - Cloreto De Polivinila , Comprimento: 24 POL, Características Adicionais: Lâminas Aço Temperado	UN	5
25	601641	Trena Material: Aço , Comprimento: 8 M x 26', Características Adicionais: Cor Metálica, Trena de Bolso Mod. Starrett 8m / 26' (mm/pol); Capacidade da Trena: 8m (26'). Qualidade igual ou superior a Starrett	UN	20
26	626943	Saco de Rafia, Capacidade: 30 KG; Altura: 60 CM; Largura: 40 CM; COR BRANCA	UN	3000
27	471822	Poste De Eucalipto Tratado, Comprimento: 7 M, Diâmetro Mínimo: 21 CM, Diâmetro Máximo: 25 CM.	UN	30

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 136.296,18

8.1. Para garantir que a aquisição das ferramentas e equipamentos seja realizada de forma econômica, transparente e em conformidade com as normas vigentes, as pesquisas de preços foram conduzidas com base em diversas fontes oficiais, incluindo o Painel de Preços do Governo Federal (ComprasNet), consultas à mídia especializada e contratos firmados por outros órgãos da administração pública.

8.2. O objetivo do levantamento foi estabelecer um valor de referência condizente com o mercado, capaz de atender às necessidades operacionais do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI MGES), no âmbito das ações de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de saneamento das aldeias indígenas.

8.3. A metodologia aplicada para definição do valor estimado observou as diretrizes da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, considerando os seguintes aspectos:

8.3.1. Regionalização: avaliação das condições e disponibilidade de mercado dentro das regiões atendidas, com atenção às variações logísticas e de fornecimento;

8.3.2. Compatibilidade técnica: inclusão apenas de referências compatíveis com as especificações e exigências do presente processo;

8.3.3. Histórico recente de contratações: análise de preços praticados em aquisições similares realizadas no período de até um ano anterior à elaboração deste estudo.

8.4. O valor estimado da contratação foi definido com base na média ponderada dos preços coletados, considerando o coeficiente de variação e os limites inferior e superior dos valores obtidos, resultando em uma estimativa total de R\$ 136.296,18 (cento e trinta e seis mil, duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos).

8.5. Esse procedimento assegura que a contratação seja realizada dentro dos parâmetros legais, técnicos e financeiros adequados, promovendo eficiência, economicidade e sustentabilidade na execução das atividades de manutenção e operação dos sistemas de abastecimento de água e saneamento nas comunidades indígenas sob responsabilidade do DSEI/MGES.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Ao analisar o potencial competitivo da licitação sob os aspectos técnicos, verificou-se que a aquisição por item proporciona maior competitividade, melhor gestão contratual e possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos, uma vez que permite aos fornecedores ofertarem seus melhores valores de forma individualizada. Ademais, essa forma de contratação possibilita a participação de empresas que, embora não atendam a todos os requisitos de habilitação para o conjunto dos itens, possuam plena capacidade técnica e operacional para fornecer determinados produtos. Nesse contexto, a opção pelo parcelamento do objeto está em conformidade com o disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o planejamento das contratações deve observar, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para a necessidade pretendida não há contratações a serem citadas ou que dependem destas para atender a atual demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) e formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 92/2026 deste órgão, estando prevista no planejamento institucional para o exercício correspondente. A demanda decorre da necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

Nesse sentido, a contratação está em consonância com o planejamento estratégico do órgão, uma vez que visa garantir a adequada execução das ações e serviços sob responsabilidade desta unidade, assegurando eficiência, economicidade e continuidade das atividades finalísticas e de apoio.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição das ferramentas e equipamentos permitirá a execução adequada, segura e eficiente das atividades de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e demais estruturas de saneamento básico nas aldeias indígenas sob responsabilidade do DSEI MGES.

12.2. Entre os principais benefícios esperados, destacam-se:

12.2.1. Melhoria na eficiência operacional: com ferramentas apropriadas, as equipes de campo poderão realizar intervenções de forma mais ágil, reduzindo o tempo de resposta a falhas e interrupções no abastecimento de água e demais serviços de saneamento;

12.2.2. Aumento da segurança dos trabalhadores: o uso de instrumentos técnicos adequados minimiza riscos de acidentes e danos a equipamentos e instalações;

12.2.3. Padronização dos serviços executados: a aquisição possibilita a uniformização dos procedimentos de manutenção e reparo, garantindo maior qualidade e confiabilidade nas intervenções realizadas;

12.2.4. Redução de custos com manutenção corretiva: a disponibilidade de ferramentas adequadas favorece a execução de rotinas preventivas, prolongando a vida útil dos sistemas e reduzindo a necessidade de substituições emergenciais;

12.2.5. Fortalecimento da autonomia das equipes técnicas locais: as ferramentas permitirão que as equipes atuem de forma independente e imediata em situações de urgência, sem depender de empréstimos ou deslocamentos adicionais de equipamentos;

12.2.6. Contribuição para a continuidade e qualidade dos serviços de saneamento: a execução adequada das ações de manutenção é essencial para assegurar o funcionamento regular dos sistemas e a melhoria das condições de saúde ambiental nas comunidades indígenas atendidas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a efetivação da presente contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

13.1.1. Elaboração do Termo de Referência, contendo a especificação detalhada das ferramentas e equipamentos, bem como as condições de fornecimento, garantia e assistência técnica;

13.1.2. Realização de pesquisa de preços em fontes oficiais, como o Painel de Preços do Governo Federal, contratações anteriores, portais de compras públicas e consultas a fornecedores do ramo, para definição do valor de referência;

13.1.3. Análise da disponibilidade orçamentária e emissão da devida reserva de recursos pela unidade responsável;

13.1.4. Definição da modalidade de aquisição e encaminhamento do processo à área de compras, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

13.1.5. Verificação da conformidade técnica e documental das propostas apresentadas, garantindo que os itens ofertados atendam às especificações e requisitos de qualidade e segurança;

13.1.6. Planejamento da logística de entrega e recebimento dos materiais, considerando os locais de uso e a necessidade de distribuição às equipes de campo;

13.1.7. Registro e controle patrimonial dos bens adquiridos, assegurando a rastreabilidade e a correta destinação dos equipamentos às equipes responsáveis pela manutenção;

13.1.8. Capacitação das equipes quanto ao uso e conservação das ferramentas, visando à durabilidade e ao bom desempenho dos equipamentos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A aquisição das ferramentas e equipamentos, por si só, não gera impactos ambientais diretos significativos, uma vez que se trata da compra de bens duráveis destinados ao uso em atividades de manutenção e operação dos sistemas de saneamento básico.

14.2. No entanto, devem ser observados alguns aspectos ambientais indiretos, relacionados ao uso, transporte e descarte futuro desses materiais:

14.2.1. Geração de resíduos sólidos: ao longo da vida útil das ferramentas, podem ser gerados resíduos provenientes de peças danificadas, embalagens e componentes metálicos ou plásticos. Mitigação: promover o descarte adequado em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), priorizando a reciclagem e o reaproveitamento sempre que possível.

14.2.2. Consumo de energia e recursos naturais: algumas ferramentas elétricas demandam energia para operação. Mitigação: adotar boas práticas de uso eficiente de energia e priorizar equipamentos com selo de eficiência energética e maior durabilidade.

14.2.3. Embalagens e transporte: o transporte e o acondicionamento dos itens podem gerar impactos como consumo de combustível e descarte de materiais de embalagem. Mitigação: solicitar que os fornecedores utilizem embalagens recicláveis ou retornáveis e planejar o transporte de forma otimizada, reduzindo deslocamentos desnecessários.

14.3. De modo geral, a contratação apresenta baixo potencial de impacto ambiental, especialmente se forem seguidas práticas sustentáveis de aquisição, armazenamento, uso e descarte. A adoção desses cuidados está alinhada ao Plano de Logística Sustentável do Ministério da Saúde e às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após a análise de todos os tópicos e a verificação da necessidade, a equipe declara viável a contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALTEMAR RODRIGUES MARQUES

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 16:34:36.

ANTONIO ISMAEL VIEIRA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 09:18:21.

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 11:53:20.

Apêndice II
MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

2. Objeto da Licitação

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à prestação de serviços/aquisição de/para [descrever detalhadamente o objeto da licitação, conforme especificações do edital].

3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	Descrição do Serviço/material	CATSER/CATMAT	UNIDADE	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
3	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
...
Total						R\$ [Total]

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

5. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

6. Contato e Esclarecimentos

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]

[Telefone para Contato]

[E-mail para Contato]

[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]
[Nome da sua Empresa]

Apêndice III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS PARA AQUISIÇÕES E SERVIÇOS S/ MÃO DE OBRA

Nome da sua Empresa

Endereço da sua Empresa c/ CEP

Telefone da sua Empresa

E-mail da sua Empresa

CNPJ da sua Empresa

À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	[Descrição do Item 1]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
2	[Descrição do Item 2]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
3	[Descrição do Item 3]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
...
Subtotal Itens					[Subtotal Itens]
4	Frete/Transporte	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
5	Seguro	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
6	Taxas/Impostos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
7	Outros Custos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
Subtotal Custos Adicionais					[Subtotal Custos Adicionais]
Total Geral					[Total Geral]

Observações:

- **Descrição do Item:** Detalhe aqui cada item que compõe a aquisição ou serviço.
- **Quantidade:** Indique a quantidade de cada item.
- **Unidade de Medida:** Especifique a unidade de medida de cada item (ex: unidade, metro, litro, etc.).
- **Valor Unitário (R\$):** Insira o valor unitário de cada item em reais.
- **Valor Total (R\$):** Este campo é calculado automaticamente multiplicando a quantidade pelo valor unitário.

Resumo dos Custos:

- **Subtotal Itens:** R\$ [Subtotal Itens]
- **Subtotal Custos Adicionais:** R\$ [Subtotal Custos Adicionais]
- **Total Geral:** R\$ [Total Geral]

Condições de Pagamento:

- [Detalhe aqui as condições de pagamento, como forma de parcelamento, datas de vencimento, etc.]

Esta planilha contempla todos os custos relacionados à aquisição de itens ou serviços, incluindo custos adicionais como frete, seguro, taxas e outros. Atenciosamente,

[Nome da sua Empresa]
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal]
[Cargo do Responsável Legal]

Apêndice IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador da Carteira de Identidade nº. **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF nº. **[Número do CPF]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, declaro, em atendimento ao disposto no **Edital n.º __/20__**, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.

Local e data: [Local], [Data]

[Nome da sua Empresa]

[Assinatura do Responsável

Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal]

[Cargo do Responsável Legal]

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Contrato 8/2026**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	DURVAL FERREIRA	30/04/2026 10:14 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		25047002143202515

1. OBJETO

Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

(Processo Administrativo nº 25047.002143/2025-15)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E
.....

A União por intermédio do Distrito Sanitário Especial Indígena – Minas Gerais e Espírito Santo, com sede na Avenida Piracicaba nº 325, Bairro Ilha dos Araujos, Governador Valadares/MG CEP: 35020-430 inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.544/0049-20, por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ /MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25047.002143/2025-16 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de equipamentos e ferramentas para manutenção dos

sistemas de abastecimento de água e demais estruturas de saneamento das aldeias indígenas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação ;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30(trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60(sessenta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do

- objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- 13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.7.3. Das indenizações e multas.
- 13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I) Gestão/unidade: [...];

- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 10:14:27.